

**Parecer nº 117/98**

Data: 1998.09.23

Proc. n.º 440-A

**Requerente: Erik Otto Hansen**

**I – O pedido**

1. Erik Otto Hansen, identificado no processo, vem requerer parecer favorável para acesso aos seguintes dados referentes a sua esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen, que foi internada em 6 de Março de 1998 no Hospital de Santo Espírito, Angra do Heroísmo, e aí operada em 26 de Março de 1998, tendo vindo a falecer em 19 de Abril de 1998, no Hospital de Santa Maria, Lisboa, depois de ter sido ainda internada e tratada no Hospital de Ponta Delgada:
  - 1.1. Informação circunstanciada sobre o estado clínico da Maria Fernanda quando deu entrada no Hospital de Ponta Delgada e sobre se ela corria então risco de vida.
  - 1.2. Informação sobre qual a hora exacta (do dia 16 de Março de 1998) da sua entrada nesse hospital.
  - 1.3. Informação sobre qual o motivo do internamento nesse hospital.
  - 1.4. Informação sobre qual a hora exacta a que foi iniciada a intervenção cirúrgica realizada em 16 de Março de 1998 nesse hospital pela equipa do Dr. Ricardo Lima.
  - 1.5. Fotocópia dos relatórios de todos os exames complementares de diagnóstico efectuados antes e depois da referida intervenção cirúrgica.

- 1.6. Informação circunstanciada sobre eventuais tentativas de realização de outros exames complementares de diagnóstico, designadamente cito-angiografia, antes da intervenção cirúrgica realizada nesse Hospital pelo Dr. Ricardo Lima e seus colaboradores, e sobre o seu resultado.
- 1.7. Informação sobre se a descrição do estado da doente - e eventualmente o relatório feito pela equipa cirúrgica que realizou a operação no Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo -, à equipa chefiada pelo Dr. Ricardo Lima que realizou a 2ª operação à Maria Fernanda nesse Hospital de Ponta Delgada, foi no tempo admissível, cordata e esclarecedora, isto é, se não suscitou quaisquer dúvidas quanto ao real estado da Maria Fernanda e quanto à decisão sobre o tipo de intervenção a realizar.
- 1.8. Informação sobre quais os aspectos em que, no entender da equipa cirúrgica chefiada pelo Dr. Ricardo Lima, as informações prestadas pela equipa cirúrgica daquele Hospital de Angra do Heroísmo terão sido insuficientes e/ou imprecisas.
- 1.9. Informação sobre se, nessa eventualidade de tais informações terem sido incompletas e/ou imprecisas, terão resultado dificuldades, ou mesmo atrasos, na intervenção levada a cabo nesse Hospital de Ponta Delgada.
- 1.10. Informação circunstanciada sobre o Protocolo Operatório da cirurgia efectuada nesse Hospital de Ponta Delgada.
- 1.11. Fotocópia do relatório médico que descreva concretamente o estado em que a Maria Fernanda foi recebida nesse hospital de Ponta Delgada e justificativo da intervenção aí levada a cabo.
- 1.12. Informação sobre o motivo que levou à evacuação da Maria Fernanda para o Hospital de Santa Maria, de Lisboa, em 26 de Março de 1998, pelas l8HOO, e do seu relacionamento com a conjuntura clínica anterior.

1.13. Informação sobre o nome e morada completos das seguintes pessoas:

- Todos os componentes da equipa médica que efectuou a intervenção cirúrgica nesse Hospital de Ponta Delgada, assim como outros elementos que possam ter assistido ou acompanhado a mesma na Sala de Operações;
- Chefe da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente desse Hospital de Ponta Delgada, bem como todos os elementos, médicos e enfermeiros, dessa Unidade que, de algum modo, tenham acompanhado o dia a dia da doente enquanto ali esteve internada;
- Todos os médicos que tenham examinado a Maria Fernanda ou tenham, de qualquer modo, intervindo na conjuntura dessa doente durante o período de internamento nesse Hospital de Ponta Delgada, tais como Intensivistas, Nefrologistas, Hematologistas, Neurologistas, etc.

2. Alega o requerente que necessita de aceder a tais dados para melhor conhecer e compreender as causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

## **II – Os factos**

1. Considera-se provado o falecimento da Maria Fernanda Data Franco Hansen através do assento do seu óbito, de que se juntou fotocópia ao processo. Tal assento de óbito também confirma o alegado vínculo conjugal, para cuja prova concorre uma fotocópia, junta aos autos, do assento do respectivo casamento, que se celebrou em Copenhaga, Dinamarca, em 26 de Março de 1982, e de onde consta ter o assento sido registado na Conservatória dos Registos Centrais em 24 de Março de 1983.

2. Também se considera assente que, como o requerente alega, o conhecimento dos dados a que ele pretende ter acesso lhe é necessário para melhor compreender as causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

### **III - O Direito**

1. A alínea *b*) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), define “documentos nominativos” como “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”; e a subsequente alínea *c*) considera “dados pessoais” as “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

Os dados a que o requerente pretende ter acesso estão, pelo menos em grande medida, abrangidos por esta reserva de intimidade da vida privada, pelo que estamos perante documento nominativos, sendo também certo que tais informações assumem o carácter médico previsto no nº 2 do artigo 8º da LADA.

2. A LADA permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações de carácter médico desde que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- Indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

Estes condicionamentos ao acesso a dados pessoais de terceiro só caducam 50 anos após a sua morte (artigo 7º, nº 2, do Decreto Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro).

3. Entende esta Comissão que a um terceiro, que seja familiar muito próximo de pessoa falecida, como é o caso do seu viúvo, assiste tal interesse directo e pessoal sempre que o conhecimento dos dados clínicos a que ele pretenda aceder seja necessário para esclarecer dúvidas razoavelmente fundadas sobre a causa da morte da pessoa a quem dizem respeito ou sobre a qualidade do tratamento clínico a que se tenham submetido.
4. Estão assim reunidos os requisitos legais bastantes para fundamentar o interesse directo e pessoal do requerente Erik Otto Hansen no pretendido acesso a dados pessoais da sua falecida esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen.

#### **IV – Parecer**

1. Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Erik Otto Hansen a todos os dados que se enumeraram nos parágrafos 1.1 a 1.13 do capítulo I na medida em que constem de registos ou documentos produzidos ou possuídos pelos serviços do Hospital de Ponta Delgada.
2. Tal acesso será facultado através de médico a designar pelo próprio Erik Otto Hansen.
3. Envie-se cópia deste parecer ao requerente e ao Hospital de Ponta Delgada.

Aprovado na sessão da Comissão de 23 de Setembro de 1998.

*Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).*